



## **CIRCULAR 01/2017**

### **ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2017 (Lei nº 42/2016, de 28/12)**

Lisboa, 23 de janeiro de 2017

Estimados clientes:

Mais uma vez temos o prazer de elaborar um pequeno trabalho sobre o Orçamento de Estado para o corrente ano. A lei que aprova o OE2017 foi publicada no dia 28 de dezembro, tendo entrado em vigor no início deste ano (pelo menos na esmagadora maioria das normas).

De um modo geral, a comunicação social já foi dando conta das principais alterações mas nem sempre tudo é falado com a importância devida. Tentamos neste trabalho, que foi desenvolvido nas últimas três semanas e com uma ação de formação da OCC pelo meio, divulgar e aprofundar as matérias que consideramos ser da maior importância para a generalidade dos nossos clientes.

Como tal, desejamos uma boa leitura, que consideramos fundamental para o sucesso do seu negócio. Qualquer dúvida após a leitura tem o seu contabilista certificado à sua disposição.

#### **CIRS**

##### **- Artº 31º - Regime Simplificado**

Alteração do coeficiente no âmbito da atividade de exploração de estabelecimento de alojamento local na modalidade de moradia ou apartamento. Passa a ser de 0,35 em vez de 0,15, o que implica uma maior tributação (os hostels mantém 0,15).

##### **- Artº 33º - Encargos não dedutíveis para efeitos fiscais**

Passa a não ser possível deduzir (tanto no IRS como no IRC) as importâncias pagas a residentes (singulares e coletivos) nos chamados “paraísos fiscais” (até aqui não é

novidade) ou cujo pagamento seja feito em contas abertas em instituições financeiras aí residentes, mesmo que o credor não seja aí residente.

- Artº 59º – Tributação de casados e unidos de facto

Grande alteração pois os sujeitos passivos podem optar pela tributação conjunta mesmo entregando a declaração fora de prazo. Em 2016 não podiam fazer essa opção o que originou, em alguns casos, graves prejuízos para os contribuintes.

- Artº 68º – Taxas gerais

Houve apenas uma atualização dos escalões em 0,8%, mantendo-se as taxas inalteráveis.

- Artº 73º – Taxa de tributação autónoma

Alargou-se o âmbito da tributação autónoma sobre despesas pagas a residentes em países com um regime fiscal claramente mais favorável, passando a abranger os pagamentos feitos em contas nesses territórios mesmo que o credor não seja aí residente.

- Artº 78º-D – Dedução de despesas de formação e educação

Passa a ser possível deduzir como despesas de educação as refeições escolares. Atenção que o contribuinte tem de indicar no Portal as faturas que se referem a refeições escolares.

- Artº 78º-F – Dedução pela exigência de fatura

Para além dos setores já conhecidos (exº: restauração, cabeleireiros, veterinários) passa a ser possível deduzir 100% do IVA suportado com a aquisição de passes mensais para utilização de transportes públicos coletivos.

- Aditamento artº 58º-A – Declaração automática de rendimentos

Prevê-se para alguns contribuintes (para já, pensionistas e trabalhadores por conta de outrem) a declaração automática de rendimentos. Contudo, o contribuinte, para além de continuar responsável por essa declaração (mesmo que com erros elaborada pela AT) tem de efetuar algumas comunicações e verificações. Como seja a composição do seu agregado familiar (até dia 15/2) mas está previsto apenas para 2018; este ano será, em princípio, com os dados já conhecidos pela AT (temos dúvidas nas situações em que o agregado seja diferente de 2015 para 2016!).

- Aditamento artº 153º - Consignações em sede de IRS

O sujeito passivo pode indicar no Portal das Finanças a entidade à qual pretende consignar o IRS e o IVA. Alertamos que a consignação do IRS não prejudica o contribuinte, podendo favorecer uma entidade à sua escolha. A consignação do IVA já tem efeitos no seu reembolso, tornando-o menor.

- Subsídio de refeição

A parte isenta de IRS e de segurança social passa a ser de 4,52€ em 2017 e de 4,77€ em 2018.

### CIRC

- Artº 23º-A – Encargos não dedutíveis para efeitos fiscais

Situação idêntica ao IRS, em que pagamentos feitos em contas abertas passam a estar abrangidos. Há também um âmbito maior pois não são só os “off-shores” abrangidos pela portaria do governo mas também regiões que não tenham um imposto similar ao IRC ou, tendo, a sua taxa seja inferior a 60% da nossa taxa.

- Artº 86º-B - Determinação da matéria coletável (Regime Simplificado)

Alteração semelhante do IRS em que o coeficiente passa de 0,04 para 0,35 para o alojamento local na modalidade de moradia ou apartamento. O hostel mantém o coeficiente de 0,04.

- Artº 88º - Taxas de tributação autónoma

Alteração muito importante ao nível do IRC. Já vimos a alteração ao nível do IRS e que também abrange o IRC. Contudo, temos aqui outra alteração. Até aqui era tributado autonomamente 10% dos encargos dedutíveis relativos a despesas de representação e 5% dos encargos dedutíveis relativo a ajudas de custo e deslocações em viatura própria do trabalhador. A alteração foi substituir a expressão “dedutíveis” por “efetuados ou suportados”. Ou seja, mesmo que a AT não aceite essas despesas (por exemplo, se não houver o mapa discriminativo das ajudas de custo ou dos kms efetuados) e, como tal, terão de ser acrescentadas ao resultado contabilístico e pagar o respetivo IRC, ao mesmo tempo pagarão tributação autónoma sobre essas mesmas despesas (dupla penalização). Já acontece há alguns anos aos encargos com viaturas.

- Artº 106º - Pagamento Especial por Conta

O limite mínimo do PEC passa dos 1.000€ para os 850€. Também está previsto continuar a reduzir progressivamente até 2019, sendo substituído por um outro regime adequado de apuramento da matéria coletável (pensamos que será aquilo que alguém falou em tempos “coleta mínima”). Acho que ainda iremos ter saudades do PEC?!

### CIVA

- Artº 9º - Isenções nas operações internas

As transmissões de próteses dentárias efetuadas por dentistas e protésicos passam a estar abrangidas pela isenção. Isto para o consumidor não terá grande alteração a não ser que eventualmente pagará o serviço ao dentista mais caro (sim mais caro, parecia que sairia mais barato mas os protésicos já se estão a queixar desta isenção).

- Artº 27º - Pagamento do imposto apurado pelo sujeito passivo

Em março de 2018 o IVA devido pelas importações pode, por opção do sujeito passivo, ficar sujeito ao mecanismo de autoliquidação (igual às compras dentro da União Europeia), desde que, entre outras condições, esteja abrangido pelo regime mensal do IVA.

- Lista I anexa ao CIVA (taxa reduzida de 6%)

As ostras passam a estar sujeitas à taxa reduzida de IVA, pois até aqui estavam sujeitas à taxa normal. Também passam a estar abrangidos os medidores de glicémia e outros dispositivos análogos de medição.

- Lista II anexa ao CIVA (taxa intermédia de 13%)

As conservas de ostras e os flocos prensados simples de cereais e leguminosas sem adições de açúcar passam a estar sujeitos à taxa de IVA intermédia.

- Autorização legislativa no âmbito do IVA do setor da restauração

O Governo está autorizado a legislar durante o corrente ano a ampliar a taxa intermédia das prestações de serviços de bebidas a bebidas que se encontram atualmente excluídas.

- Comunicação dos elementos das faturas

Passou a ser o dia 20 (e não o dia 25) a data limite para comunicação à AT das faturas emitidas no mês anterior.

### **CIMI**

- Aditamento do Capítulo XV – Adicional ao imposto municipal sobre imóveis

Foi criado, como noticiado na comunicação social, um adicional ao IMI (AIMI). Abrange pessoas singulares, coletivas e heranças indivisas.

Relativamente às pessoas coletivas (e este facto é talvez o mais importante) não existe o limite mínimo de 600.000€, pelo que todos os prédios urbanos habitacionais e terrenos para construção estão abrangidos (mesmo que apenas tenham o valor de cem mil euros, por exemplo).

As taxas são: 0,4% para as pessoas coletivas e 0,7% para as pessoas singulares e heranças indivisas. Para as pessoas singulares, na parte superior a 1 milhão de euros aplica-se a taxa de 1%. Para as pessoas coletivas que tenham prédios afetos a uso pessoal dos seus sócios/gerentes a taxa é de 0,7% e se superior a 1 milhão de euros aplica-se a taxa marginal de 1%.

Neste último caso, não sabemos como a AT poderá aplicar essa taxa indiferenciada pois não dispõe de elementos que lhe permitam aferir essas situações.

Quanto aos casados e unidos de facto, podem optar pela tributação conjunta. Os que não exerçam esta opção, podem fazer uma declaração conjunta exclusivamente no Portal das Finanças entre 1/4 a 31/5, a identificar os bens de cada um e os bens comuns.

Quanto às heranças indivisas, pode ser afastada a sua equiparação a pessoa coletiva se:

- o cabeça de casal apresentar uma declaração identificando todos os herdeiros e suas quotas no período entre 1 a 31 de março;
- e se todos os herdeiros confirmarem as suas quotas entre 1 a 30 de abril.

O AIMI é liquidado anualmente pela AT no mês de junho e pago, numa única prestação, durante o mês de setembro.

### **EBF**

- Artº 41º-A – Remuneração convencional do capital social

Possibilidade de dedução ao lucro tributável das empresas de 7% sobre as entradas para o capital social.

- Artº 41º-B - Benefício fiscal à interioridade

Às empresas que exerçam uma atividade económica em territórios do interior (a definir por portaria do Governo) é aplicável uma taxa de IRC de 12,5% aos primeiros 15.000€ de matéria coletável (em vez da taxa de 17% o que implica um benefício máximo de 675€).

### **IEC**

- “Bebidas açucaradas”

Atenção aos comercializadores de bebidas não alcoólicas que, a 1 de fevereiro detenham no seu estabelecimento esses produtos, devem contabilizar e comunicar à AT

as respetivas quantidades, dispondo até 31 de março para a sua comercialização; depois desse prazo o imposto torna-se exigível.

Conclui-se a apresentação do Orçamento de Estado para 2017.

Esperamos que, com este trabalho, V.Exas. fiquem devidamente informados das principais alterações no contexto fiscal português.

Obrigado pela atenção dispensada nesta leitura e como habitualmente não dispensa a consulta da própria legislação.

Um empresário bem informado é um empresário de sucesso!

Com os melhores cumprimentos.

A.Pereira